

Sentidos atrelados à categoria “politicamente correto” no jornal *Folha de S. Paulo*: deslizamentos e disputas¹

Nara Lya Simões Caetano Cabral²

Resumo:

Este artigo propõe uma análise discursiva de matérias publicadas pela *Folha de S. Paulo*, entre 1991 e 2014, que mobilizam a categoria “politicamente correto”. Com o período de observação adotado, pretendemos cobrir um recorte amplo, tendo, como marco inicial, o momento em que temática do politicamente correto (PC) passa a ser amplamente discutida no debate público brasileiro. Nosso objetivo é passar do enfoque no texto, e seu sentido posto, aos implícitos e, de maneira mais ampla, ao contexto do discurso. Para tal, orientamo-nos pelas proposições de Michel Foucault acerca da arqueologia do saber, tendo em nosso horizonte conceitos como discurso, formação discursiva e acontecimento discursivo. Assim, tomamos as matérias jornalísticas como vestígios materiais à escavação de plataformas culturais, verdades consensuais e condições sócio-históricas à emergência dos enunciados sobre o PC.

Palavras-chave: Politicamente correto; Discurso; Jornalismo; Liberdade de expressão; Censura.

Introdução

A categoria “politicamente correto” passa a ser discutida no debate público, de forma ampla, a partir de 1991. No conjunto de nosso *corpus*³, a matéria mais antiga intitula-se *Como ser politicamente correto*. A tira do cartunista Jeff Shesol, publicada inicialmente no *The New York Times*, aborda, de modo irônico, a preocupação dos norte-americanos em serem “politicamente corretos”. O campo circunscrito pela expressão, nesse momento, já se desenhava sob contornos bem delimitados, compondo uma unidade de sentido indissociável: ser “politicamente correto” referia-se a uma forma de conduta que visava a respeitar, de modo igual, todas as identidades. Esse modo de comportamento, a em sua dimensão individual, é descrito também pela legenda produzida pela *Folha* para acompanhar o cartum: ser politicamente correto, equivale a não possuir qualquer “preconceito de raça, sexo, estilo de vida etc.” (FOLHA DE S. PAULO, 23/07/1991).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, realizado de 4 a 7 de setembro de 2015.

² Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes, e bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Integrante do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom) da USP. E-mail: nara.cabral@usp.br.

³ Na pesquisa que serve de fundamento a este artigo, o *corpus* analisado compõem-se de matérias jornalísticas publicadas pela *Folha de S. Paulo* entre 1991 (ano que marca a entrada maciça da temática do politicamente correto no debate público brasileiro) e 2014, de modo a compor um recorte próximo à atualidade. As matérias foram localizadas a partir da palavra-chave “politicamente correto”, por meio das ferramentas de busca *online* disponibilizadas pelo *site* da *Folha*, considerando-se apenas as edições impressas do jornal. A partir dos achados iniciais, efetuamos recortes no universo de textos localizados por meio de critérios de relevância e expressividade, chegando a um conjunto de 133 matérias jornalísticas, analisadas na pesquisa em blocos temáticos.

Essa primeira publicação é muito representativa de uma tendência que se manifesta de modo muito evidente nos textos datados dos primeiros anos que compõem nosso *corpus*. Trata-se da necessidade de apresentar ao público leitor, a todo momento, o significado da expressão “politicamente correto”. Em matéria de 28 de julho de 1991, assinada por Wagner Carelli, por exemplo, aparece, logo no início do texto, uma definição de politicamente correto similar àquela presente no primeiro texto de nosso *corpus*: “A ideia americana de ‘PC’ baseia-se em revisão de todo termo e enredo que supostamente venham a ameaçar o mais fraco, denegrir o deficiente e discriminar o ‘diferente’” (CARELLI, 28/07/1991). Note-se que, ao lado da expressão “politicamente correto”, aparece, novamente, a indicação de se tratar de uma “ideia americana”.

É também sintomático que, ao tornarem-se visíveis no Brasil, através de narrativas midiáticas, os discursos circulantes sobre o PC não encontram correspondente social/cultural, já que o histórico de mobilização dos movimentos sociais no país guardava profundas disparidades em relação ao contexto norteamericano. Um artigo de Renato Janine Ribeiro publicado em 1992, na *Folha*, dá conta dessas diferenças: diz o autor que a fraqueza de nossos movimentos sociais, que não contavam com a simpatia da opinião pública, impossibilitava que o politicamente correto conseguisse, nas universidades brasileiras, implantação similar àquela conseguida em universidades dos Estados Unidos (RIBEIRO, 29/03/1992). Como os discursos circulantes são sempre produto de um contexto histórico-social e, ao mesmo tempo, ajudam a moldá-lo, o resultado dessa “importação” da categoria “politicamente correto” é um desajuste inicial, uma impossibilidade de fazê-la corresponder, nos primeiros anos de discussão, às lutas travadas em nossa esfera pública.

Essas tensões tornam evidentes algumas das primeiras disputas que se colocam, em nosso debate público, em torno da categoria “politicamente correto”. Ao longo de todo o período que procuramos examinar, cobrindo os anos entre 1991 e 2014, deparamo-nos com sentidos que deslizam continuamente, configurando sempre novas possibilidades de entendimento da expressão. Ao mesmo tempo, a assunção de determinados sentidos do politicamente correto e não outros, pelos agentes sociais, revela a tomada de posições na esfera pública: disputas que se travam, no terreno dos embates políticos – em sentido amplo –, em torno de direitos e valores fundamentais à vida democrática. O poder de delimitar o que significa ser politicamente correto é também o poder de determinar a legitimidade das nomeações dirigidas ao outro.

Entre as palavras e as coisas, vivem os discursos que regulam o campo de agência dos sujeitos: é sobre esse espaço que procuram interferir as disputas em torno do politicamente correto. São alguns desses embates e deslizamentos que procuraremos mapear nas próximas páginas.

Tendência difusa, movimento cultural ou ideologia?

São muitas as divergências a respeito do significado, do sentido e do valor da expressão “politicamente correto” que aparecem nos enunciados dos diversos agentes sociais envolvidos no debate público sobre o tema: a compreensão do que significa a categoria “politicamente correto” muda entre uma época e outra, entre matérias de uma mesma época e às vezes no interior de um mesmo texto, dependendo dos discursos circulantes invocados em cada caso.

Entre as matérias da *Folha de S. Paulo* analisadas, são muitas e distintas as concepções apresentadas acerca da natureza do politicamente correto. Dentre as várias versões apresentadas, é possível identificar três eixos ou blocos de sentido que reúnem as principais definições atribuídas à expressão em foco: o entendimento do PC como *tendência*, como *movimento cultural* e como *ideologia*. Buscamos mapear, desse modo, as principais reiteraões de sentido – ou isotopias, para usar um conceito-chave aos estudos de discurso – presentes nos textos pesquisados.

As matérias que atribuem ao politicamente correto o sentido de “tendência” aparecem ao longo de todo o período pesquisado, embora sejam mais frequentes nos primeiros anos considerados – em especial, até 1994. A classificação enquanto “tendência”, aqui, diz respeito à ideia de marca de um tempo, a qual influencia diversas esferas da vida social. Como exemplo, citamos a matéria *A filosofia de Caco, o sapo, sai em livro*, publicada pela *Folha de S. Paulo* em 1993 (FOLHA DE S. PAULO, 19/11/1993). No texto, o PC é apresentado como uma “mania”. A matéria retrata a visão expressa no livro do personagem Caco – fantoche famoso por integrar produções infanto-juvenis televisivas, como *Vila Sésamo* –, segundo o qual o PC não é um problema por si só, mas sim, por seus exageros – os “excessos” do politicamente correto, aliás, também constituem um traço constantemente reiterado nos textos da *Folha*.

Ideia similar também aparece, dentre muitos exemplos que poderíamos citar, em matéria de 3 de janeiro de 1994, intitulada *É bom tomar cuidado com o que você fala* (PAIVA, 03/01/1994). Nesse texto, o politicamente correto é descrito como uma “onda”

que ainda não havia “pegado” no Brasil e restringe as possibilidades de expressão, especialmente no humor. Nesse sentido, reitera-se também, em diversos textos, a ideia de que, sendo uma moda criada pelos estadunidenses, o politicamente correto seria, invariavelmente, exportado para o Brasil. A ideia pressuposta nesse tipo de construção é a de que os brasileiros, como bom quintal dos Estados Unidos, estariam dispostos a incorporar todo tipo de subproduto cultural fabricado pelos norteamericanos.

O segundo bloco de sentidos que se repetem, como mencionamos, com grande frequência em nosso *corpus* diz respeito ao entendimento do politicamente correto como movimento cultural – isto é, o entendimento do politicamente correto como estratégia ou agrupamento, socialmente organizado, voltado a diferentes modos de intervenção na sociedade. É interessante observar, no entanto, que nenhum dos textos analisados aponta com precisão quem são os sujeitos ou instituições, quais são as pautas, qual o histórico – enfim, qual a especificidade – de um suposto movimento que se possa denominar como politicamente correto.

A primeira ocorrência em que tal acepção acerca de politicamente correto aparece de modo explícito se dá em 1994, com a publicação do artigo *Mulher com mulher dá croco*, assinado por Barbara Gancia. No texto, a autora se refere ao PC como um movimento que procura resolver conflitos sociais à base de eufemismos “rasteiros”, levado a cabo por uma “gentalha”: “O movimento politicamente correto ainda me mata de rir. Essa gentalha que resolve as discrepâncias do comportamento humano à base de eufemismos rasteiros agora inventou uma que é de rolar” (GANCIA, 07/10/1994). Outro modo frequente de atribuir ao politicamente correto o sentido de movimento cultural é associá-lo à ideia de militância. Em 2009, por exemplo, outro artigo de Barbara Gancia – que saiu em defesa de Danilo Gentili por ocasião das polêmicas em que o humorista estava envolvido por conta de uma piada considerada racista publicada em seu *Twitter* – emprega a expressão “a turma do politicamente correto” (GANCIA, 31/07/2009). Embora não seja regra geral para a totalidade dos textos analisados, são muito frequentes, entre as matérias da *Folha*, as tentativas de ridicularizar aquilo a que se refere como “politicamente correto”.

Por fim, o terceiro eixo de sentidos associados ao politicamente correto que gostaríamos de destacar – a ideia do PC como ideologia – encontra-se bem distribuído ao longo de todo o período analisado. Nesses textos, há a reiteração da concepção de politicamente correto como conjunto de ideias ou pensamentos de determinados indivíduos ou grupos. Nessas ocorrências, o PC aparece associado a termos como “mentalidade”,

“cultura” – no sentido de modo de entender o mundo –, “doutrina”, “dogma”, “crença”. A especificidade desse bloco de matérias – em relação ao eixo que chamamos de “tendência” – é que, nesse caso, o politicamente correto não é apresentado simplesmente como uma preferência ou inclinação expressas pontual ou isoladamente, mas sim, como um conjunto, coerente e sistemático, de concepções sobre o mundo, consideradas em sua dimensão social. Em outros termos, nessa forma de entender a natureza do PC, ele é apresentado – explícita ou, em alguns casos, implicitamente – como um pensamento partilhado capaz de condicionar a ação de indivíduos e seu modo de entender o mundo.

Assim como nos casos dos outros blocos de textos que examinados, é possível citar diversas matérias da *Folha de S. Paulo* para ilustrar a concepção do politicamente correto como ideologia. Um dos exemplos mais interessantes é o artigo *Palavras, palavras*, assinado por Otavio Frias Filho. No texto, veiculado em 14 de agosto de 2003, o diretor de redação do jornal descreve o PC como uma doutrina associada a um automatismo, que acaba por escancarar – e até reforçar – preconceitos. Por tentar reprimi-los na mente, onde são inapagáveis, o politicamente correto termina por torná-los mais sedutores, uma vez que proibidos. Nesse sentido, o politicamente correto é apontado pelo autor como “polícia do pensamento”, quando radicalizado:

Ao estigmatizar termos e expressões por serem preconceituosos, o pensamento correto os combate ali onde eles são invencíveis, nas profundezas da mente. Proibidos, acabam por exercer sedução ainda maior. É somente quando a prática social deixa de ser preconceituosa que o deslize de linguagem se torna anódino, um tigre de papel (FRIAS FILHO, 14/08/2003).

O artigo de Otavio Frias Filho é particularmente interessante porque exemplifica com clareza um traço recorrente em diversos outros textos que apresentam o politicamente correto como ideologia: o fato de apontá-lo como espécie de conjunto organizado e coeso de pensamentos, chegando a ser em tal grau sistemático que se converte em método de vigilância. É o que ocorre de modo explícito, por exemplo, no texto “*Cyrano de Bergerac*” *mira ditadura do politicamente correto*, de 1 de novembro de 2011. Nele, o PC é apresentado como uma mentalidade capaz de cercear o falar cotidiano. Descrevendo-o como uma “ditadura”, o texto faz referência às ideias de autoritarismo, exceção e censura (MELLÃO, 01/01/2011). Em enunciados desse tipo, o sentido a ser decifrado – isto é, o subentendido em jogo – diz respeito à ideia de que o politicamente correto, sob o ponto de vista dos valores democráticos, é ilegítimo e, como tal, devem ser combatidos.

Por fim, há uma constatação interessante em relação a todos os três blocos de sentidos atados ao politicamente correto que buscamos examinar. É que, em todos os casos, o que os conjuntos de enunciados analisados fazem, cada um à sua maneira, é atribuir coerência a tudo o que se reúne sob a rubrica “politicamente correto”, em um gesto de apagamento das muitas e diversas disputas que se colocam no debate público sobre essa temática. O sentido implícito, nesse caso, é de haver, de fato, na vida social, uma coesão entre as várias iniciativas e discussões qualificadas como politicamente incorretas. Por outro lado, a ausência de um movimento organizado que assuma o rótulo de “politicamente correto”, somada à existência de tantas formas distintas de se compreender o politicamente correto – como procuramos mostrar, levantando exemplos mais expressivos –, cada uma pressupondo-se homogênea e coesa, é evidência de que realmente estamos diante de uma categoria inserida na arena de múltiplas disputas.

Consolidação da expressão: primeira fase

Entre 1991 e 1994, é possível observar a existência de uma primeira fase das discussões sobre o politicamente correto na *Folha de S. Paulo*, em que o uso da expressão se dá, principalmente, em matérias sobre comportamento e consumo. Nesses primeiros registros que compõem nosso *corpus*, o politicamente correto é apresentado como “moda” ou “estilo de vida”, determinando inclusive tendências de consumo. Há textos que dão dicas sobre como ser “uma pessoa politicamente correta”, como dar presentes politicamente corretos no Natal ou como identificar alguém politicamente correto – por exemplo. Os textos se dividem entre denunciar os “exageros” da “onda” politicamente correta, ainda que lhe atribuindo certa curiosidade, e descrever o PC como o imperativo de nosso tempo, ao qual se devia estar “antenido”. Em todos os casos, porém, o subentendido a ser decifrado remete a uma despolitização dos debates classificados como “politicamente corretos”.

Em 19 de agosto de 1991, por exemplo, o jornal publicou um artigo intitulado *Saiba como ser um cara ‘politicamente correto’*, assinado por Sérgio Sá Leitão. Logo no início da matéria, fica clara a necessidade de explicar para o leitor o significado da expressão: “A esquerda norte-americana é pródiga em criar e exportar bossas. A última a chegar ao Brasil é a síndrome do ‘politicamente correto’” (LEITÃO, 19/08/1991). Nesse momento, parece predominar a preocupação em consolidar o próprio uso da expressão, de modo a torná-la familiar ao público brasileiro – o pressuposto de enunciados como esses diz respeito à falta de familiaridade do público brasileiro diante da categoria em foco. Da mesma forma, a

ocorrência dos termos “politicamente correto” entre aspas, muito frequente nessa primeira fase, reforça a ideia de que estávamos diante, justamente, de uma expressão desconhecida do público brasileiro, quase um estrangeirismo.

No mesmo ano, uma matéria, nas proximidades do Natal, procura indicar os melhores presentes para os adeptos de diferentes modas – as “vítimas do estilo”, nas palavras da jornalista Andréa Dantas. Ao lado do “mauricinho”, da “perigosa perua” e do “pichador”, figura o sujeito politicamente correto. O texto, em tom irônico, indica algumas opções para presentear os adeptos do PC: uma agenda de papel reciclado, um dicionário Aurélio – para orientar as trocas lexicais –, os vídeos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – sobre temas socialmente engajados, como as questões indígena e ambiental –, o filme *Dança com Lobos*, dirigido por Kevin Costner, e cerveja sem álcool (DANTAS, 22/12/1991). O que a lista de presentes nos mostra é um traço marcante de todas as matérias sobre o politicamente correto nesse momento inicial das discussões no Brasil: a categoria “PC” apresenta sentido abrangente, abarcando grande diversidade de iniciativas e campos de aplicação.

Dessa forma, os significados possíveis para o politicamente correto, até 1994, aparecem atados à ideia ampla de uma conduta mais “engajadas”. Iniciativas como a alteração na letra da canção *Atirei o pau no gato*, que citamos algumas páginas atrás, são retratadas de modo caricato. Ao lado da notícia que trata desse episódio, uma charge mostra um casal, despido, na cama. Após o homem não conseguir completar uma ereção, a mulher diz: “Liga não, meu amor... Isso acontece com todo mundo...”. Com expressão confusa, o sujeito responde à parceira: “Eu sei, mas será que é politicamente correto?”. Ora, o desenho traz à tona o implícito que parece atravessar grande parte das matérias da *Folha de S. Paulo* sobre o politicamente correto, de 1991 a 1994: as pessoas eram tomadas por uma paranoia, que chegava aos rincões da vida privada, tornando-as dignas de ridicularização.

Ao personalizar o comportamento politicamente correto, apontando-o como estilo que cabe a cada um seguir, individualmente – inclusive no que diz respeito a possibilidades de consumo –, os textos apagam sua dimensão enquanto luta política – sentido que, no início dos anos 1990, era evidente nos debates sobre o PC estabelecidos nos Estados Unidos. Em matéria assinada por Marcelo Paiva, afirma-se que “o politicamente correto ameaça a descontração de um papo” (PAIVA, 03/01/1994). Entre tendência risível e perigo concreto, o tratamento dado pelo jornal ao politicamente correto, nos primeiros anos

analisados, revela uma preocupação evidente com a vida cotidiana, com a fala e as ações de cada um, inclusive em sua dimensão privada.

Se, por um lado, as notícias sobre os Estados Unidos tratavam de ações como o *lobby* de minorias sociais junto a Hollywood (RIBEIRO NETO, 24/02/1992) e mostravam animações da Disney sendo criticadas por seu teor supostamente “pesado” para as crianças (AUGUSTO, 15/03/1992), as matérias sobre o PC no Brasil procuravam responder, entre ironias e sátiras, como ser um sujeito politicamente correto. A partir desses dados, chegamos a uma dupla de implícitos fundamental: os textos analisados partem, como condição básica à sua formulação, de uma incerteza que predominava em relação ao sentido da categoria “politicamente correto”; ao mesmo tempo, como ilação a ser sobre traçada sobre os enunciados em foco, temos a ideia de que os primeiros anos da década de 1990 foram marcados pela tentativa de consolidar o uso da expressão entre nós.

Ancoragem no contexto brasileiro: segunda fase

A partir de 1994, paulatinamente, a expressão “politicamente correto” passa a ser empregada para qualificar personagens e ações brasileiras. A primeira matéria de nosso *corpus* a mobilizar a categoria “politicamente correto” para designar uma ação efetiva motivada por embates sociais e simbólicos próprios do contexto nacional foi publicada ainda no final de 1994. Intitulada *Negros vão à Justiça contra ‘Pátria Minha’* e assinada por Armando Antenore, a notícia aborda a indignação de representantes da comunidade negra em São Paulo, que prometiam entrar na Justiça com uma notificação contra a Rede Globo de Televisão, por conta de uma cena da novela *Pátria Minha* em que um personagem (branco), ao acusar seu jardineiro (negro) de roubo, proferira insultos de caráter racista (ANTENORE, 07/11/1994).

A matéria registra o embate de forças entre agentes sociais, travado na esfera pública, em torno do potencial ofensivo das palavras. É interessante notar que, segundo o texto, a categoria “politicamente correto” é invocada não pelo movimento negro, mas pelos roteiristas da novela: segundo eles, a cena de manifestação de racismo fora idealizada como forma de conscientização do público, em nome do PC.

Gilberto Braga e os demais autores da novela dizem que conceberam o diálogo entre Raul e Kennedy em nome do politicamente correto. Querem denunciar o preconceito racial no Brasil. Usam "palavras fortes" para "revoltar os telespectadores e mobilizá-los contra a discriminação". O Geledés/SOS Racismo, organização de São Paulo que luta pelos direitos dos negros, pensa diferente. Considera que a cena de "Pátria Minha"

aguçou, sim, o preconceito racial – menos por causa dos termos que Raul usou e mais pela maneira como Kennedy reagiu às agressões.
"O jardineiro não se portou com dignidade. Recebeu as ofensas quase que passivamente. Teve uma conduta que não reflete o comportamento do negro contemporâneo", afirma Sueli Carneiro, coordenadora do Geledés (ANTENORE, 07/11/1994).

Como se vê, não há consenso, entre diferentes agentes sociais, sobre o papel das palavras na manutenção do racismo. O dissenso se dá também em relação ao sentido de “politicamente correto”, e não apenas entre agentes sociais diversos: o próprio jornal, em momentos distintos, mobiliza a expressão com objetivos particulares. Um editorial publicado apenas um dia após a notícia acima transcrita, com o título *Racismo na TV*, emprega o termo “politicamente correto” como forma de definir o momento em que se vivia, conquanto espécie de interdição cultural que tornava improvável que os autores da novela *Pátria Minha* levassem a público algum preconceito: “É preciso esperar o desfecho, mas parece impossível que, nestes tempos do politicamente correto, os autores da obra optem por fazer triunfar uma apologia do racismo” (FOLHA DE S. PAULO, 08/11/1994).

Esses dois textos sobre a polêmica em torno do racismo na telenovela *Pátria Minha* podem ser considerados como marcos iniciais de um segundo momento de mobilização da expressão “politicamente correto” dentre as matérias de nosso *corpus*. Essa fase, caracterizada pela transição entre o momento inicial das discussões – marcado pela tentativa de consolidação da categoria “politicamente correto” no debate público brasileiro, com o foco dos textos da *Folha* recaindo principalmente sobre os Estados Unidos – e a ancoragem das discussões sobre o PC no contexto brasileiro, estende-se até o final dos anos 1990. Isso fica evidente, por exemplo, no fato de se tornarem menos frequentes, gradualmente, as ocasiões em que o jornal, para se referir ao politicamente correto, faz menção à sua origem norteamericana ou à sua presença no debate público estadunidense.

Nesse momento, após a euforia inicial com o que parecia ser a “chegada” do politicamente correto ao Brasil, muitos textos afirmavam que o politicamente correto não se havia instalado no país ou por aqui se manifestava de modo superficial. Marcelo Coelho, por exemplo, em artigo de 23 de junho de 1995, afirma:

Aqui, são relativamente raras as tentativas de se impor um vocabulário politicamente correto. Idéias como a de proibir o emprego de termos como "quadro-negro" nas escolas e mesmo a exigência, amplamente aceita nos Estados Unidos, de que se fale sempre "ele ou ela" quando se faz referência a uma pessoa indeterminada, não pegam tanto por aqui (COELHO, 23/06/1995).

Formulações desse tipo, recorrentes em nosso *corpus*, têm como pressuposto a necessidade de se buscar uma tradução mais cuidadosa do conceito de politicamente correto em sua passagem do contexto norteamericano para o contexto brasileiro. Passada a euforia inicial diante de uma suposta chegada do PC ao Brasil – euforia alimentada pelo jornalismo – os discursos que circulavam na esfera pública e emergiam nas páginas dos jornais mostravam-se divididos, como efeito da existência de divergências em torno do sentido da expressão e das dificuldades em traduzir o conceito do contexto norteamericano para o nosso. Em outras palavras, o país atravessava um momento de transição, com o surgimento das primeiras iniciativas e reivindicações de organizações e movimentos sociais, ainda esparsas e pontuais, as quais permitiriam que a mobilização da categoria “politicamente correto” no debate público pudesse, de fato, fincar raízes no contexto brasileiro.

Ao mesmo tempo, desde a segunda metade dos anos 1990, parece-nos claro que a invocação da categoria “politicamente correto” para qualificar ações e opiniões que vinham à tona na esfera pública se dava de modo a legitimar, pelos agentes sociais, posicionamentos e pontos de vista bem definidos. Ou seja, dada a impossibilidade de estabelecer um consenso sobre o sentido – e mesmo sobre o significado – da expressão “politicamente correto”, a mobilização dessa categoria apresentava-se como terreno fértil para a luta pela validação de opiniões e pontos de vista. Desse modo, quando de interesse aos sujeitos enunciadoreis – seja por parte de seus defensores, seja por parte de seus críticos – o politicamente correto é apresentado como fenômeno devidamente instalado no país.

Como ocorre na fase anterior, a expressão é empregada, com frequência, com sentido destituído. Porém, diferentemente do que ocorre nos primeiros anos da década de 1990, a invocação do politicamente correto com o objetivo de desautorizá-lo não se dá tanto pela tentativa de evidenciar seus aspectos risíveis; em lugar disso, o que vemos, a partir do final dos anos 1990, é o empenho em denunciar os efeitos supostamente perversos do PC, seja descrevendo-o como uma espécie de *marketing*, seja apontando-o como entrave à liberdade de expressão. Nesse período, o politicamente correto já é associado a palavras como “excessos”, “ditadura” e “ranço” – tendência que ganhará força, nos anos seguintes, na cobertura construída pela imprensa brasileira.

Estatuto de luta política: terceira fase

O Brasil da geração afirmativa é o título de uma reportagem assinada por Fabiano Maisonnave que a *Folha de S. Paulo* publicou em 6 de junho de 1999. O texto – o último

dos anos 1990 em nosso *corpus* – antecipa algumas das principais tendências na abordagem do politicamente correto pelo jornal durante os anos 2000 e 2010 – período correspondente ao que propomos considerar como a terceira fase de uso da categoria “politicamente correto” na cobertura da *Folha*. A matéria trata das mudanças verificadas entre pesquisadores brasilianistas nos Estados Unidos: além do perfil multicultural dos acadêmicos, cresce o número de estudos e publicações sobre o Brasil, com foco especialmente em questões étnicas. Com efeito, a representação que se constroi do país, entre esses estudiosos, ressalta a dimensão afirmativa das disputas identitárias.

Uma nova geração de brasilianistas está surgindo nos Estados Unidos. Reflexo de reorientações da academia norte-americana a partir das décadas de 60 e 70, com os movimentos pelos direitos civis e de negros, e de mudanças na sociedade brasileira, ela traz abordagens diferentes para velhos temas, principalmente relações raciais, e acrescenta outros, como estudos sobre pentecostalismo e homossexualidade (MAISONNAVE, 06/06/1999).

Como último representante de nosso *corpus* da década de 1990, a matéria representa a transição discursiva verificada na passagem de um milênio a outro: à medida que o politicamente correto parece se integrar ao contexto brasileiro, em paralelo ao amadurecimento dos movimentos sociais no país, as pautas da *Folha* começam a concentrar-se nos cadernos de cultura e, sobretudo, de política, e a expressão vai ganhando sentido mais específico. A categoria “politicamente correto” deixa de se referir a uma forma de conduta genérica, a um estilo de vida ou a comportamentos “civilizados”, e passa a representar um modo de se fazer política. Ao lado da ideia de assunção de uma bandeira política, a expressão em foco adquire também um contorno ideológico mais preciso.

Tornam-se cada vez mais frequentes os textos sobre iniciativas de movimentos e organizações sociais, políticas afirmativas, processos judiciais contra manifestações consideradas “politicamente incorretas” e iniciativas governamentais em nome dos direitos humanos. Publicada em 26 de janeiro de 2004, a matéria *Patrulha de carnaval*, por exemplo, mostra o que considera como ideário do politicamente correto operando por meio de processos judiciais, movidos por políticos ou pela Igreja. A matéria mostra o cruzamento do politicamente correto com a esfera política, salientando ações de políticos – muitas vezes, responsáveis pela abertura de processos judiciais – e questionando a postura assumida pela Justiça (ESCÓSSIA, 26/01/2004). A discussão sobre o papel do Judiciário nos debates que invocam a categoria “politicamente correto” parece chegar a ápice em 2008, quando veio a público a ação impetrada pelo Ministério Público contra a editora responsável pela publicação do dicionário *Houaiss*, devido à presença de sentidos

pejorativos no verbete sobre ciganos. Na ocasião, o jornal veiculou um artigo, assinado por Pasquale Cipro Netto, em que o PC é descrito como uma “bobajada”, sendo apontado como um excesso e uma forma de restrição à livre expressão (CIPRO NETO, 15/03/2012).

As políticas educacionais também se tornam objeto cada vez mais frequente das matérias jornalísticas. Em 2003, por exemplo, o artigo *Uma bobagem histórica*, assinado por Vinicius Torres Freire, destaca o papel do Estado (por meio do sistema de ensino) na condução de ações consideradas politicamente corretas. O texto parte de uma lei, então sancionada pelo presidente Lula, que obrigaria as escolas a terem aulas de cultura afrobrasileira (FREIRE, 13/01/2003). Os debates sobre a influência dos princípios considerados politicamente corretos no campo da educação deságuam nas matérias, veiculadas em 2010, acerca das polêmicas envolvendo a adoção de obras de Monteiro Lobato em escolas públicas brasileiras. No ensaio *Caçada a Monteiro Lobato*, Marcelo Coelho apresenta o PC como uma tendência que, embora possa trazer progressos no combate à discriminação, é problemática por trazer seriedade demais às obras culturais, interferindo excessivamente em sua forma e em seu conteúdo (COELHO, 14/10/2010).

De fato, a problemática do racismo converte-se, gradualmente, ao longo dos anos pesquisados, em foco privilegiado nas pautas sobre o PC. As matérias da *Folha de S. Paulo* que integram nosso *corpus* – tanto as que criticam o politicamente correto, quanto aquelas que buscam salientar seus méritos –, sem exceção, destacam o caráter intolerável do racismo em nossa sociedade e a necessidade de extingui-lo. Todas elas se constroem, dessa forma, tendo como pressuposto a legitimidade do discurso dos direitos humanos, vontade de verdade – para usar o conceito foucaultiano – que emerge como forte condicionante dentre a produção discursiva contemporânea. Nesse sentido, o ponto sobre o qual os textos discordam, com diversas matizes de opinião, recai sobre a eficácia e/ou pertinência das iniciativas classificadas como politicamente corretas na luta contra o racismo.

Em 2005, a publicização de uma nova polêmica trouxe à tona elementos importantes das discussões circulantes na esfera pública sobre o politicamente correto nos anos 2000. Naquele ano, o governo federal, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, publicou a cartilha *Politicamente correto & direitos humanos* – espécie de manual com mais de noventa entradas que apontavam expressões e palavras consideradas indesejáveis, por serem portadoras de preconceito. O episódio gerou grande polêmica e foi abordado em diversas notícias e artigos publicados pela *Folha* na ocasião.

Esse caso evidencia, por um lado, a tomada de posição, por parte do Estado, nas discussões em torno de embates identitários, bem como a invocação, em discursos circulantes, do papel do governo nos debates acerca do politicamente correto. Por outro lado, a idealização da cartilha é exemplar da emergência – sobretudo a partir dos anos 2000 – de tentativas de ressignificar/revalorar o uso da categoria “politicamente correto”, já que a expressão é adotada, nesse caso, como forma autodenominação. Esse exemplo nos permite sublinhar, novamente, que os anos 2000 e 2010 correspondem a uma fase de alocação das discussões públicas sobre o politicamente correto nos terrenos tradicionalmente políticos – como a esfera de ação do Estado –, conforme evidenciam os discursos que emergem nas páginas da *Folha de S. Paulo*.

Considerações finais

Em todas as fases que caracterizam a mobilização da expressão “politicamente correto” na cobertura da *Folha de S. Paulo*, ao longo do período examinado, a categoria em foco emerge como objeto de disputas que se travam, na esfera pública, em torno de seus sentidos e seus valores. Tomando as matérias jornalísticas abarcadas em nosso *corpus* como acontecimentos discursivos – em referência ao universo foucaultiano –, devemos considerar os enunciados em suas relações com outros enunciados. Assim, o que vemos emergir nas páginas do jornal é um jogo de remetências contínuas entre os vários enunciados acerca do politicamente correto: em outras palavras, estamos diante de uma batalha discursiva em torno da legitimidade do sentido da categoria “politicamente correto”.

Na dispersão própria dos discursos, a categoria “politicamente correto” mostra-se atravessada por disputas e embates entre os agentes sociais engajados em seu debate – seja no âmbito das discussões acadêmicas, seja no debate público mediado pelo jornalismo. Não há um consenso acerca do sentido da expressão “politicamente correto”. Nesse ponto, o debate público sobre o politicamente correto guarda aproximações em relação às discussões em torno da censura, sobre cujos sentidos não há também acordo. Não obstante, no caso do PC, não apenas seu sentido encontra-se em disputa, como também seu valor.

Não obstante, as diferentes posições presentes no debate em torno da categoria “politicamente correto” no Brasil – sejam aquelas representadas por argumentos pró politicamente correto, que defendem o uso de linguagens mais neutras como forma de luta contra a discriminação, sejam as que qualificam o politicamente correto como forma de

restrição da liberdade de expressão – convergem no ponto exato em que, em todos os casos, o que vemos é a defesa e colisão de direitos democráticos fundamentais.

O que está em jogo é um saber acerca da participação e protagonismo dos cidadãos na sociedade. Por um lado, esse saber se traduz na reivindicação de vocabulários mais respeitosos. Por outro, sustenta denúncias acerca dos excessos do politicamente correto, de seu poder de vigilância ou seu potencial de converter-se em forma de censura. Em ambos os casos, os agentes engajados na discussão partem de um consenso pressuposto acerca da esfera pública enquanto espaço para o debate de ideias relevantes à vida social, buscando dar visibilidade a seus argumentos. Nesse macro entendimento sobre a democracia, enxergamos a consolidação de uma formação discursiva, conforme o entendimento de Michel Foucault (2008): conjunto de discursos, assentados em longo período de tempo, condensando dizeres e saberes, produzindo regulações sobre campos específicos.

Por tudo isso, parece-nos evidente que esse regime de verdade sobre a democracia condiciona uma forma específica de compreender e organizar a sociedade, materializada em torno do Estado democrático de direito. De modo correlato, o saber em questão orienta também as práticas e normas componentes do campo jornalístico e representa um ponto fundamental em que se “amarram” diversos discursos que atravessam o jornalismo, na cristalização de seus deveres, seus valores-guia, seu campo possível de agência.

Referências bibliográficas

ANTENORE, Armando. “Negros vão à Justiça contra ‘Pátria Minha’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 07/11/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/07/ilustrada/1.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

AUGUSTO, Sérgio. “PC ou não PC, eis a questão”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 15/03/1992.

CARELLI, Wagner. “‘Politicamente correto’ chega ao Brasil”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 28/07/1991.

CIPRO NETO, Pasquale. “‘É presente de grego’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 15/03/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/31367-e-presente-de-grego.shtml>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

COELHO, Marcelo. “Contos de fada satirizam correção política”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 23/06/1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/23/ilustrada/17.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Caçada a Monteiro Lobato”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 14/11/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il1411201004.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

DANTAS, Andréa. “Guia para presentear as vítimas do estilo”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 22/12/1991.

ESCÓSSIA, Fernanda da. “Patrulha de Carnaval”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 26/01/2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2601200406.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

FOLHA DE S. PAULO. “Como ser politicamente correto”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 23/07/1991.

_____. “A filosofia de Caco, o Sapo, sai em livro”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 19/11/1993.

_____. “Racismo na TV”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 08/11/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/08/opiniaofz6.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio: Forense Universitária, 2008.

FRIAS FILHO, Otavio. “Palavras, palavras”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 14/08/2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1408200307.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

GANCIA, Barbara. “Agora, Mulher com mulher dá ‘croco’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 07/10/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/07/cotidianofz5.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

_____. “Humor que não ousa não presta”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 31/07/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidianofz3107200902.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

LEITÃO, Sergio Sá. “Saiba como ser um cara ‘politicamente correto’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 19/08/1991.

MAISONNAVE, Fabiano. “O Brasil da geração afirmativa”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 06/06/1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs06069905.htm>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

MELLÃO, Gabriela. “‘Cyrano de Bergerac’ mira ditadura do politicamente correto”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 01/01/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/12142-cyrano-de-bergerac-mira-ditadura-do-politicamente-correto.shtml>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

PAIVA, Marcelo. “É bom tomar cuidado com o que você fala”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 03/01/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/03/folhateen/3.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

RIBEIRO, Renato Janine. “Aqui não tem PC”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 29/03/1992.

RIBEIRO NETO, Artur. “Lobbies do ‘PC’ atacam o cinema de Hollywood”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 24/02/1992.